

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2023

CMBH – 25/05/2022

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



Definição de diretrizes normativas para o orçamento do próximo exercício, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF – ***principais pontos:***

- ☐ Prioridades e metas
- ☐ Organização e estrutura dos orçamentos
- ☐ Diretrizes para a elaboração e para a execução dos orçamentos e suas alterações
- ☐ Disposições relativas às Despesas com Pessoal e com Encargos Sociais
- ☐ Disposições sobre alterações da legislação tributária do Município
- ☐ Anexos: Metas Fiscais e Riscos Fiscais



Prioridades e Metas

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



Conforme Art. 2º do Projeto da LDO/2023, as prioridades e metas correspondem às metas relativas ao exercício de 2023 definidas e constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG 2022-2025, e suas diretrizes gerais estão organizadas de acordo com as seguintes Áreas de Resultado:

- I - Área de Resultado **Saúde**;
- II - Área de Resultado **Educação**;
- III - Área de Resultado **Segurança**;
- IV - Área de Resultado **Mobilidade Urbana**;
- V - Área de Resultado **Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano**;
- VI - Área de Resultado **Desenvolvimento Econômico e Turismo**;
- VII - Área de Resultado **Cultura**;
- VIII - Área de Resultado **Sustentabilidade Ambiental**;
- IX - Área de Resultado **Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes**;
- X - Área de Resultado **Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão**.

Diretrizes Gerais e específicas para elaboração e execução do orçamento

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



Art. 10 – Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a origem da fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora ou unidade administrativa.

Art. 15 – Além da observância das prioridades fixadas no art. 2º, a LOA somente incluirá novos projetos se:

- I – tiverem sido adequadamente atendidos os que estiverem em andamento;
- II – estiverem em conformidade com o PPAG vigente ou previstos no projeto de revisão do planejamento a médio prazo;
- III – apresentarem viabilidade técnica, econômica e financeira;
- IV – tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.



Diretrizes Gerais e específicas para elaboração e execução do orçamento

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



Conforme Art. 17º do Projeto da LDO/2023, o projeto de lei orçamentária anual conterá dotação para Reserva de Recursos para Emendas Individuais, no valor de 0,9% da Receita Corrente Líquida prevista para 2023. A análise e verificação, pelos órgãos de execução, de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das respectivas emendas deverá observar os seguintes prazos:

- I – até 60 dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará à Comissão de Orçamento e Finanças da CMBH as justificativas do impedimento;
- II – até 15 dias após o término do prazo previsto no item I, cada parlamentar indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
- III – até 45 dias após o prazo previsto no item II, na hipótese de o remanejamento demandar ajuste no objeto da emenda ou necessidade de autorização para abertura de crédito especial, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei em atendimento à mencionada indicação do Poder Legislativo;



Diretrizes Gerais e específicas para elaboração e execução do orçamento

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



IV – na hipótese de o remanejamento previsto no item II ser de ordem orçamentária e não depender da aprovação do projeto de lei a que se refere o item III, o Executivo publicará decreto de suplementação em atendimento à mencionada indicação do Poder Legislativo;

Conforme definido nos § 2º e 3º, as programações orçamentárias de origem nas emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis, tais como:

- i. adoção de ações e serviços públicos para realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;
- ii. alocação de recursos insuficientes para a execução do seu objeto;
- iii. destinação de dotação a entidade que não atenda os critérios de utilidade pública;
- iv. criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente.



Critérios e formas de limitação de empenho

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



Art. 27 – Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo I, será promovida a **limitação de empenho**, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo, levando em consideração a seguinte **ordem de prioridade na redução de gastos**:

- I – obras estruturantes;
- II – serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III – investimentos do Orçamento Participativo;
- IV – obras de manutenção que objetivam a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente.



Alterações na Legislação Tributária

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



- Poderão ser apresentados à CMBH projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento a leis complementares e resoluções federais, tendo como diretrizes a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda na perspectiva da justiça tributária, observando os critérios constantes no caput e nos incisos do **art. 36** deste projeto (referentes à: IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria, dentre outros).



Parâmetros Econômicos

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



| | 2023 | 2024 | 2025 |
|------------------------------|------|------|------|
| Crescimento do PIB | 2,5% | 2,5% | 2,5% |
| Inflação anual (IPCA) | 3,3% | 3,0% | 3,0% |

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias / 2023 do Governo Federal; cenário econômico projetado pelo Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil.



Metas Fiscais Anuais – Resultado Primário*

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 14.708.013.452 | 15.262.288.568 | 15.802.347.511 |
| Aplicações Financeiras (II) | 186.276.536 | 192.423.662 | 198.196.372 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II) | 14.521.736.916 | 15.069.864.906 | 15.604.151.139 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IV) | 676.136.294 | 843.532.901 | 863.275.482 |
| Operação de Crédito (V) | 465.376.571 | 626.450.386 | 639.680.491 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VI) | - | - | - |
| Outras Alienações de Bens | 65.466.266 | 67.430.253 | 69.453.161 |
| Transferências Capital | 129.795.109 | 133.688.962 | 137.699.631 |
| Outras Receitas de Capital | 15.498.349 | 15.963.300 | 16.442.199 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI) | 210.759.724 | 217.082.516 | 223.594.991 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (VIII) = (III + VII) | 14.732.496.640 | 15.286.947.422 | 15.827.746.130 |
| DESPESAS CORRENTES (IX) | 12.531.635.450 | 12.962.240.994 | 13.448.635.720 |
| Juros e Encargos da Dívida (X) | 411.928.058 | 430.133.201 | 430.889.120 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XI) = (IX - X) | 12.119.707.392 | 12.532.107.793 | 13.017.746.600 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XII) | 1.380.887.692 | 1.460.560.299 | 1.489.221.546 |
| Amortização da Dívida (XIII) | 501.353.703 | 570.028.775 | 572.378.324 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XIV) = (XII - XIII) | 879.533.990 | 890.531.524 | 916.843.222 |
| PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XV) | 1.650.800.886 | 1.811.049.278 | 1.855.208.867 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (XVI) = (XI + XIV + XV) | 14.650.042.267 | 15.233.688.595 | 15.789.798.690 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (VIII - XVI) | 82.454.373 | 53.258.827 | 37.947.441 |

Fonte: SMF e SMPOG

* Corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, ou seja, as receitas previstas deduzidas de rendimentos de aplicações financeiras, de operações de crédito e de alienação de investimentos temporários e permanentes e despesas pagas (incluídos aqui o pagamento de Restos a Pagar) deduzidas as despesas de encargos e amortização da dívida. Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar visando a amortizar a dívida pública.

Metas Fiscais Anuais – Resultado Nominal*

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

R\$ 1,00

| ACIMA DA LINHA | 2023 (a) | 2024 (b) | 2025 (c) |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|
| RESULTADO PRIMÁRIO (I) | 82.454.373 | 53.258.827 | 37.947.441 |
| JUROS E ENCARGOS ATIVOS (II) | 147.742.182 | 152.174.448 | 156.739.681 |
| JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (III) | 306.318.662 | 315.508.222 | 324.973.469 |
| RESULTADO NOMINAL (I) + (II) - (III) | (76.122.107) | (110.074.948) | (130.286.347) |

Fonte: SMF e SMPOG

* O Manual de Demonstrativos Fiscais 11ª Edição define a metodologia “acima da linha” para ser utilizada no cálculo do Resultado Nominal do exercício financeiro de 2023 e para os dois exercícios seguintes. Esta metodologia representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela Prefeitura acrescentando ao resultado primário o saldo da conta de juros, ou seja, a diferença entre juros ativos e juros passivos.



Estimativa da Renúncia de Receita

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---|------------|--|------------------------------|------------|------------|---|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | |
| IPTU | Desconto | Desconto por antecipação de pagamento | 60.473,30 | 62.952,70 | 64.967,19 | Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal |
| IPTU | Isenção | Programas BH Nota 10, Esporte para Todos e PROEMP | 91.345,82 | 95.090,99 | 98.133,91 | |
| ITBI | Isenção | Isenções por limite de valor, PMCMV e Programas Habitacionais PAR, Urbel e Cohab | 7.923,44 | 8.248,30 | 8.512,25 | |
| ISSQN | Isenção | Atividades Culturais | 20.941,45 | 21.800,05 | 22.497,65 | |
| Tributos Mobiliários e Imobiliários (IPTU, TCM, ISS Autônomo, TFLF, TFEP e TFS) | Remissão | Incapacidade Econômica e Financeira / Desastres Naturais (Dec. 15.682/2014) | 4.528,14 | 4.713,80 | 4.864,64 | |
| Taxas Mobiliárias (TFEP, TFLF e TFS) | Isenção | Incidente sobre engenhos de publicidade indicativos e institucionais. | 22.117,45 | 23.024,27 | 23.761,04 | |
| Taxas de Expediente | Isenção | Cobrança das taxas de expediente relativas a atos autorizativos | 10.789,00 | 11.231,35 | 11.590,75 | |
| TOTAL | | | 218.118,60 | 227.061,46 | 234.327,43 | |

Riscos Fiscais e Providências

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
GESTÃO



DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1.000,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------|--|---------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 57.862 | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas de custeio e pessoal. | 57.862 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| SUBTOTAL | 57.862 | SUBTOTAL | 57.862 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------|----------------|---|----------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias. | 108.821 |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | 108.821 | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 108.821 | SUBTOTAL | 108.821 |
| TOTAL | 166.683 | TOTAL | 166.683 |

FONTE: Unidade Responsável SMPOG/SMFA/PGM, Data da emissão 13/05/2022



PREFEITURA BELO HORIZONTE

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA